

STJ00098882

## **Ricardo Antonio Andreucci**

Procurador de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo. Coordenador do Complexo de Ensino Andreucci. Professor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Professor universitário e de cursos preparatórios para ingresso nas carreiras jurídicas e na OAB.

# **CURSO BÁSICO de PROCESSO PENAL**

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cequeira César — São Paulo — SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

*Direção editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerência executiva* Rogério Eduardo Alves

*Gerência editorial* Thais de Camargo Rodrigues

*Editoria de conteúdo* Henderson Fürst

*Assistência editorial* Deborah Caetano de Freitas Viadana

*Coordenação geral* Clarissa Boroschi Maria

*Preparação de originais* Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bresson e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

*Projeto gráfico, arte e diagramação* Mônica Landi

*Revisão de provas* Amélia Kossis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Alzira Muniz

Setsuko Anaki

*Produção editorial* William Rezende Paiva

*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

*Capa* IDÉE arte e comunicação

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Bortiva Gráfica

*Acabamento* Bortiva Gráfica

ISBN 978-85-02-21529-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andreucci, Ricardo Antonio

Curso básico de processo penal / Ricardo Antonio

Andreucci. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

13-10147

CDU-343.1(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo penal : Direito penal 343.1(81)

**Data de fechamento da edição: 7-4-2014**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

136.770.001.001

# SUMÁRIO

---

Abreviaturas .....	5
Nota do autor .....	15
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1. Noções preliminares .....	17
1.2. Sistemas processuais penais.....	17
<b>2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>19</b>
2.1. Princípio da ampla defesa .....	19
2.2. Princípio do contraditório .....	19
2.3. Princípio do devido processo legal .....	20
2.4. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	21
2.5. Princípio do estado de inocência.....	21
2.6. Princípio do <i>favor rei</i> (prevalência do interesse do réu) .....	22
2.7. Princípio da oficialidade .....	22
2.8. Princípio do impulso oficial .....	23
2.9. Princípio da indisponibilidade.....	23
2.10. Princípio da iniciativa das partes e princípio da inércia da jurisdição .....	23
2.11. Princípio do juiz natural.....	24
2.12. Princípio da legalidade.....	25
2.13. Princípio da oralidade .....	25
2.14. Princípio da publicidade .....	25
2.15. Princípio da vedação das provas ilícitas.....	26
2.16. Princípio da verdade real .....	27
<b>3. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>29</b>

3.1. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	29
3.2. Eficácia da lei processual penal no espaço .....	30
4. FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL .....	33
4.1. Fontes materiais.....	33
4.2. Fontes formais.....	33
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	35
5.1. Interpretação da lei processual penal quanto ao sujeito.....	35
5.1.1. Interpretação autêntica.....	35
5.1.2. Interpretação doutrinária .....	36
5.1.3. Interpretação jurisprudencial.....	36
5.2. Interpretação da lei processual penal quanto ao modo .....	36
5.2.1. Interpretação gramatical .....	36
5.2.2. Interpretação lógica .....	36
5.3. Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado ...	37
5.3.1. Interpretação declarativa .....	37
5.3.2. Interpretação restritiva .....	37
5.3.3. Interpretação extensiva.....	37
6. INQUÉRITO POLICIAL .....	39
6.1. Conceito.....	39
6.2. Características.....	40
6.3. Início do inquérito policial .....	43
6.4. Da realização do inquérito policial.....	47
6.4.1. Preservação do estado das coisas e colheita de provas ..	48
6.4.2. Apreensão de instrumentos e outros objetos e determinação de perícias .....	49
6.4.3. Oitiva da vítima e testemunhas .....	50
6.4.4. Oitiva do indiciado e sua identificação .....	51
6.4.5. Reconhecimento e acareações .....	54
6.5. Reconstituição.....	57
6.6. Conclusão do inquérito policial.....	58
6.7. Termo circunstanciado de ocorrência policial .....	60
7. AÇÃO PENAL.....	63
7.1. Conceito.....	63

7.2. Condições da ação penal .....	63
7.3. Classificação .....	64
7.4. Ação penal pública .....	65
7.4.1. Noções gerais .....	65
7.4.2. Espécies .....	65
7.4.3. Ação penal pública incondicionada .....	66
7.4.4. Ação penal pública condicionada .....	67
7.5. Ação penal privada .....	69
7.5.1. Noções gerais .....	69
7.5.2. Espécies .....	69
7.5.3. Ação penal privada exclusiva .....	69
7.5.4. Ação penal privada subsidiária (ou supletiva) .....	71
7.6. Forma de identificação da ação penal .....	72
<b>8. AÇÃO CIVIL EX DELICTO .....</b>	<b>75</b>
8.1. Introdução — ação penal e ação civil .....	75
8.2. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	76
8.3. Legitimidade ativa e passiva .....	78
<b>9. DA JURISDIÇÃO .....</b>	<b>79</b>
9.1. Conceito .....	79
9.2. Princípios .....	80
<b>10. DA COMPETÊNCIA .....</b>	<b>83</b>
10.1. Conceito de competência .....	83
10.2. Divisão da competência .....	83
10.2.1. Competência em razão do lugar .....	83
10.2.2. Competência em razão da matéria .....	85
10.2.3. Competência em razão da pessoa .....	85
10.3. Conflito de competência .....	86
10.4. Conflito de atribuições .....	87
10.5. Competência pela prerrogativa de função .....	88
10.6. Competência criminal da justiça federal .....	89
10.7. Competência absoluta e relativa .....	90
10.8. Conexão e continência .....	91
10.9. Foro prevalente .....	92

10.10. Avocatória.....	93
<b>11. SUJEITOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>95</b>
11.1. Juiz penal .....	95
11.2. Partes.....	97
11.2.1. Ministério Público .....	97
11.2.2. Acusado.....	98
11.2.3. Defensor.....	98
11.2.4. Assistente.....	99
11.2.5. Auxiliares da Justiça.....	100
<b>12. DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>103</b>
12.1. Atos das partes .....	103
12.2. Atos dos juízes.....	103
12.3. Atos dos auxiliares da Justiça.....	104
<b>13. COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS.....</b>	<b>105</b>
13.1. Citação.....	105
13.2. Intimação .....	107
<b>14. PRAZOS .....</b>	<b>109</b>
14.1. Contagem.....	109
14.2. Preclusão .....	109
14.3. Tempestividade .....	110
<b>15. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS .....</b>	<b>113</b>
15.1. Sequestro .....	113
15.2. Arresto.....	114
15.3. Hipoteca legal .....	114
<b>16. PROVA.....</b>	<b>117</b>
16.1. Conceito, finalidade e sistemas de apreciação.....	117
16.2. Objeto .....	118
16.3. Ônus .....	119
16.4. Provas ilegais .....	120
16.5. Provas derivadas das ilícitas.....	121
16.6. Das provas em espécie .....	122

16.7. Das perícias em geral.....	122
16.7.1. Do corpo de delito .....	123
16.7.2. Do exame necroscópico .....	123
16.7.3. Das demais perícias.....	124
16.8. Do interrogatório .....	124
16.9. Da confissão .....	125
16.10. Da prova testemunhal.....	126
16.11. Do reconhecimento de pessoas e coisas .....	128
16.12. Da acareação .....	128
16.13. Dos documentos .....	129
16.14. Da busca e apreensão.....	130
16.14.1. Busca domiciliar .....	130
16.14.2. Busca pessoal .....	131
<b>17. PRISÃO.....</b>	<b>133</b>
17.1. Conceito .....	133
17.2. Espécies .....	133
17.2.1. Prisão com pena .....	134
17.2.2. Prisão sem pena.....	134
17.3. Prisão cautelar de natureza processual e medidas cautelares ..	135
17.4. Características da prisão cautelar .....	138
17.5. Mandado de prisão .....	139
17.6. Prisão em flagrante .....	140
17.6.1. Espécies de flagrante .....	142
17.6.2. Flagrante em crime permanente e em crime habitual.....	143
17.6.3. Flagrante em crime de ação penal privada.....	144
17.6.4. Flagrante em crime continuado.....	144
17.6.5. Flagrante nos crimes de menor potencial ofensivo..	145
17.6.6. Flagrante nas contravenções penais .....	145
17.6.7. Sujeito ativo da prisão em flagrante .....	146
17.6.8. Sujeito passivo da prisão em flagrante.....	146
17.6.9. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito .....	148
17.6.10. Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	149

17.7. Prisão preventiva .....	151
17.7.1. Natureza jurídica.....	151
17.7.2. Requisitos cautelares .....	152
17.7.3. Hipóteses legais.....	152
17.7.4. Prisão domiciliar .....	154
17.8. Prisão temporária — Lei n. 7.960/89 .....	155
17.8.1. Noções gerais.....	155
17.8.2. Hipóteses legais.....	155
17.8.3. Decretação e prazo de duração.....	157
<b>18. LIBERDADE PROVISÓRIA.....</b>	<b>159</b>
18.1. Liberdade provisória sem fiança.....	159
18.2. Liberdade provisória com fiança .....	160
18.2.1. Conceito e cabimento.....	160
18.2.2. Concessão da fiança .....	161
18.2.3. Recurso .....	162
18.2.4. Obrigações do afiançado.....	162
18.2.5. Valor da fiança.....	162
18.2.6. Extinção da fiança.....	163
18.2.7. Execução da fiança.....	164
<b>19. PROCEDIMENTOS COMUM E ESPECIAL.....</b>	<b>165</b>
19.1. Procedimento comum — ordinário e sumário.....	166
19.2. Procedimento do Júri .....	167
19.2.1. Princípios informadores do Tribunal do Júri no Brasil.....	167
19.2.2. Competência do Tribunal do Júri .....	168
19.2.3. Competência nos casos de foro privilegiado .....	169
19.2.4. Competência nos casos de conexão e continência ...	171
19.2.5. Procedimento bifásico ou escalonado .....	171
19.2.6. Juízo de formação da culpa — <i>judicium</i> <i>accusationis</i> .....	172
19.2.7. Resposta do acusado .....	173
19.2.8. Audiência una.....	174
19.2.9. Pronúncia .....	175



19.2.10. Impronúncia.....	176
19.2.11. Desclassificação.....	176
19.2.12. Absolvição sumária .....	177
19.2.13. Despronúncia .....	177
19.2.14. O juízo da causa — <i>judicium causae</i> .....	178
19.2.15. A ordem dos trabalhos na sessão de julgamento .....	178
<b>20. SENTENÇA.....</b>	<b>181</b>
20.1. Os atos jurisdicionais e suas espécies .....	181
20.2. Requisitos intrínsecos da sentença .....	183
20.3. Princípio da correlação entre acusação e sentença.....	184
20.4. <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	185
20.5. <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP) .....	186
<b>21. NULIDADES .....</b>	<b>187</b>
21.1. Conceito .....	187
21.2. Nulidade absoluta e relativa .....	188
21.3. Sistema legal das nulidades.....	188
21.4. Das nulidades em espécie .....	189
21.4.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	190
21.4.2. Ilegitimidade de parte .....	190
21.4.3. Falta das fórmulas ou dos termos .....	190
21.4.4. Omissão de formalidade essencial do ato.....	190
21.5. Arguição e saneamento das nulidades relativas.....	191
<b>22. RECURSOS.....</b>	<b>193</b>
22.1. Conceito .....	193
22.2. Pressupostos processuais .....	193
22.2.1. Pressupostos processuais objetivos.....	193
22.2.2. Pressupostos processuais subjetivos .....	197
22.3. Interposição dos recursos.....	198
22.4. Recurso <i>ex officio</i> (também chamado de recurso de ofício, recurso obrigatório, recurso necessário e recurso anômalo) .....	198
22.5. Efeitos dos recursos .....	199
22.6. Recursos em espécie .....	200

22.6.1. Recurso em Sentido Estrito (RESE) .....	200
22.6.2. Apelação.....	202
22.6.3. Apelação das decisões do Tribunal do Júri.....	205
22.6.4. Carta testemunhável.....	205
22.6.5. Correição parcial .....	206
22.6.6. Embargos infringentes e de nulidade .....	208
22.6.7. Embargos declaratórios .....	210
22.6.8. Revisão criminal.....	211
22.6.9. Recurso extraordinário .....	213
22.6.10. Recurso especial .....	214
22.6.11. Recurso ordinário constitucional no Supremo Tribunal Federal .....	216
22.6.12. Recurso ordinário constitucional no Superior Tribunal de Justiça .....	216
<b>23. HABEAS CORPUS .....</b>	<b>219</b>
23.1. Noções gerais .....	219
23.2. Características .....	219
23.3. Espécies .....	220
23.4. Coação ilegal .....	220
23.5. Terminologia .....	221
23.6. Tramitação do HC em primeira instância .....	221
23.7. Tramitação do HC em segunda instância.....	221
Referências.....	223